

2025, Vol. 15, e110046

<https://doi.org/10.51995/2237-3373.v15i3e110046>

Questões de violência e programa de atividade física para idosos numa comunidade da zona oeste

Violence issues and a physical activity program for the elderly in a western community

Problemas de violencia y un programa de actividad física para personas mayores en una comunidad occidental

Carlos Felipe Cunha Paula 

Universidade Salgado de Oliveira, Brasil – carlosfelipecunhapaula50@gmail.com

Igor Araujo da Silva 

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil – igor.araujos@hotmail.com

Marcelle Cabral Volpasso 

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil – marcellevolpasso@gmail.com

Resumo

A Comunidade do Rollas, localizada no bairro de Santa Cruz, na zona oeste do Rio de Janeiro, tem uma história marcada por disputas de terra, violência e marginalização. A origem do nome vem de José Maria Rolas, um grileiro que se apossou de terras na região com documentos falsificados no início do século XX. Em 1967, o governo municipal realizou um movimento de urbanização, conhecido como “Bota Abaixo”, que expulsou moradores das áreas centrais da cidade. As famílias deslocadas acabaram se estabelecendo em terrenos abandonados em Santa Cruz, criando a comunidade. Porém, essa ocupação foi contestada por Rolas, que, com o apoio da polícia, tentou remover as famílias à força, resultando em confrontos violentos, incêndios em plantações e até mortes. A comunidade viveu uma luta constante por reconhecimento e direitos básicos, como moradia, água e saneamento. Durante décadas, o Estado se manteve ausente, permitindo a ocupação de facções criminosas e milícias, que se tornaram os principais poderes paralelos na região. Inicialmente, as milícias se apresentavam como combatentes do tráfico de drogas, mas com o tempo passaram a dominar outras atividades ilícitas, como a extorsão de comerciantes e o controle territorial. A violência tornou-se uma rotina para os moradores, com confrontos frequentes e a presença constante de homens armados. No que se refere às políticas públicas, a comunidade sempre foi negligenciada. Projetos sociais esporádicos, como um programa de atividades físicas para idosos, foram implementados, mas muitas vezes com fins eleitoreiros, para angariar votos. Embora o projeto tenha proporcionado benefícios de saúde aos idosos, sua continuidade foi comprometida pela ausência de um plano de longo prazo. A equipe do projeto buscava promover a saúde, especialmente em relação a doenças como hipertensão e diabetes, mas os recursos eram limitados e os impactos temporários. Este estudo qualitativo sobre a Comunidade do Rollas revela como a ausência do Estado e a presença de poderes paralelos perpetuam a marginalização e a violência na região. O trabalho sugere que é essencial que o poder público implemente políticas permanentes de saúde, educação, segurança e infraestrutura para garantir a cidadania plena e a melhoria das condições de vida dos moradores.

Palavras-chave: Favela do Rollas; Projetos sociais; Terceira idade.

Abstract

The Rollas Community, located in the Santa Cruz neighborhood, in the west zone of Rio de Janeiro, has a history marked by land disputes, violence and marginalization. The origin of the name comes from José Maria Rolas, a land grabber who took over land in the region with falsified documents at the beginning of the 20th century. In 1967, the municipal government carried out an urbanization movement, known as “Bota Below”, which expelled residents from the central areas of the city. The displaced families ended up settling on abandoned land in Santa Cruz, creating the community. However, this occupation was challenged by Rolas, who, with the support of the police, tried to forcibly remove the families, resulting in violent clashes,



plantation fires and even deaths. The community experienced a constant struggle for recognition and basic rights, such as housing, water and sanitation. For decades, the State remained absent, allowing the occupation of criminal factions and militias, which became the main parallel powers in the region. Initially, the militias presented themselves as combating drug trafficking, but over time they began to dominate other illicit activities, such as extortion of traders and territorial control. Violence has become a routine for residents, with frequent clashes and the constant presence of armed men. When it comes to public policies, the community has always been neglected. Sporadic social projects, such as a physical activity program for the elderly, were implemented, but often for electoral purposes, to garner votes. Although the project provided health benefits to the elderly, its continuity was compromised by the absence of a long-term plan. The project team sought to promote health, especially in relation to diseases such as hypertension and diabetes, but resources were limited and the impacts were temporary. This qualitative study on the Community of Rollas reveals how the absence of the State and the presence of parallel powers perpetuate marginalization and violence in the region. The work suggests that it is essential for public authorities to implement permanent health, education, security and infrastructure policies to guarantee full citizenship and improve the living conditions of residents.

Keywords: Rollas Favela; Social projects; Third age.

Resumen

La Comunidad Rollas, ubicada en el barrio de Santa Cruz, en la zona oeste de Río de Janeiro, tiene una historia marcada por disputas de tierras, violencia y marginación. El origen del nombre proviene de José María Rolas, un acaparador de tierras que se apoderó de tierras de la región con documentos falsificados a principios del siglo XX. En 1967, el gobierno municipal llevó a cabo un movimiento de urbanización, conocido como “Bota De Abajo”, que expulsó a los habitantes de las zonas centrales de la ciudad. Las familias desplazadas terminaron instalándose en terrenos abandonados en Santa Cruz, creando la comunidad. Sin embargo, esta ocupación fue cuestionada por Rolas, quien, con el apoyo de la policía, intentó expulsar a las familias por la fuerza, lo que provocó enfrentamientos violentos, incendios de plantaciones e incluso muertes. La comunidad vivió una lucha constante por el reconocimiento y los derechos básicos, como vivienda, agua y saneamiento. Durante décadas, el Estado permaneció ausente, permitiendo la ocupación de facciones criminales y milicias, que se convirtieron en los principales poderes paralelos en la región. Inicialmente, las milicias se presentaron como combatientes del narcotráfico, pero con el tiempo comenzaron a dominar otras actividades ilícitas, como la extorsión a comerciantes y el control territorial. La violencia se ha convertido en una rutina para los residentes, con frecuentes enfrentamientos y la presencia constante de hombres armados. Cuando se trata de políticas públicas, la comunidad siempre ha sido descuidada. Se implementaron proyectos sociales esporádicos, como un programa de actividad física para personas mayores, pero a menudo con fines electorales, para obtener votos. Aunque el proyecto proporcionó beneficios de salud a las personas mayores, su continuidad se vio comprometida por la ausencia de un plan a largo plazo. El equipo del proyecto buscó promover la salud, especialmente en relación con enfermedades como la hipertensión y la diabetes, pero los recursos eran limitados y los impactos fueron temporales. Este estudio cualitativo sobre la Comunidad de Rollas revela cómo la ausencia del Estado y la presencia de poderes paralelos perpetúan la marginación y la violencia en la región. El trabajo sugiere que es fundamental que las autoridades públicas implementen políticas permanentes de salud, educación, seguridad e infraestructuras para garantizar la ciudadanía plena y mejorar las condiciones de vida de los residentes.

Palabras clave: Rollas Favela; Proyectos sociales; Tercera edad.

Introdução

A comunidade do Rollas fica localizada no bairro de Santa Cruz na zona oeste do Rio de Janeiro, foi rebatizada como “Comunidade do Rodo” pelo poder paralelo que atuava na região e é conhecido pelos moradores das duas formas, o Rollas é dividida em duas partes: Rollas I e Rollas II.

O bairro de Santa Cruz teve um grande papel histórico na vida imperial, recebendo o título de bairro imperial. Possui inúmeras contribuições para história do Brasil como abastecimento de carne fresca para capital nacional, entretanto, com a queda do império, Santa Cruz também perde seu grau de importância, assim ficando no esquecimento das autoridades (Costa, 2016).

O nome dado à comunidade vem de José Maria Rolas. Este homem tinha investimento em aluguel de roupas para festas no centro da cidade, era português e gostava de fazer investimentos no campo; porém, era um grileiro que se apossou de terras, apresentando-se como novo dono da propriedade da Fazenda Cantagalo, Monte Verde e Careta (Naegeli, 2019).

José Maria Rolas como grileiro se apossava de terras que não eram suas, com documentos ilegítimos, falsos, expulsando moradores e utilizando da força de trabalho dos habitantes em troca de moradia, explorando a população. Não se pode dizer ao certo se a Fazenda Rolas em Santa Cruz pertencera de fato ao José Maria Rolas.

Em 1903, o prefeito da capital iniciou um movimento de embelezamento do Distrito Federal, chamado “Bota Abaixo”, que destruiu moradias e morros habitados. Este movimento perdurou por anos. Em 1960, Carlos Lacerda, então governador do estado da Guanabara, uma vez que o Distrito Federal passou a ocupar a região Centro-Oeste, em Brasília, implementou novas obras de urbanização, sem considerar os moradores que ficaram desabrigados pela expulsão promovida pelo Estado, sendo obrigados a buscar moradia longe do centro da cidade (Ribeiro & Pontual, 2009).

Com a retirada das pessoas de suas moradias, famílias buscaram adentrar o continente, encontrando um lugar para ficar e usufruir da terra descoberta: um terreno amplo e abandonado, sem marcação de um proprietário ou algo do tipo. Aproximadamente 300 famílias encontraram-se ao relento, em busca da dignidade de um lar.

Uma moradora da Comunidade do Rollas, Dona Ana, atualmente com 72 anos de idade, relata que se lembra de ter vindo para a fazenda aos dez anos. Na época, ela e sua família não possuíam nada, e não havia sinal de ocupação; o local era abandonado. Logo, se instalaram na região e passaram a cultivar a terra para sua subsistência.

Foi então que a manchete do Jornal do Brasil noticiou: “Mais de 300 já invadiram uma fazenda arruinada em Santa Cruz”, afirmando que a localidade era particular e que a terra fora adquirida em 1928. No entanto, há uma grande discussão, pois, as famílias que ali residiam argumentavam que aquele terreno pertencia à União e, assim, poderiam usufruir do espaço.

A história da Comunidade do Rollas é uma luta pela reforma agrária, uma batalha que começa em 1967 e se estende até os dias de hoje. Moradores da região disputam com o Estado para obter algum tipo de documento que comprove a posse de um imóvel próprio. Assim, eles permanecem sem direitos básicos como moradia, luz, água, saneamento básico, esporte e lazer.

Não muito diferente dos dias atuais, em 1967, segundo o Jornal do Brasil, o proprietário da fazenda aconselhou seus funcionários a usarem da força para remover as famílias de suas terras. José Maria Rolas notificou o administrador de Santa Cruz sobre as ocupações e, junto com a Polícia Militar, usou de força para a remoção das famílias de lavradores que ali produziam nas terras.

O administrador regional de Santa Cruz, Arnaldo Coutinho Lopes, reuniu 130 homens, 50 deles armados com metralhadoras pesadas, que dispararam contra os 300 moradores presentes e atearam fogo em toda a plantação cultivada (Jornal do Brasil, 1967). Em um ataque de extrema violência, os moradores foram agredidos a mando de um grileiro, mesmo em terras que pertenciam à União. Não há relatos de mortes ou feridos, mas sim a comprovação de um sistema opressor contra os menos favorecidos.

Diante da grande pressão e da comoção dos moradores de Santa Cruz, as autoridades recorreram à Justiça em relação aos despejos forçados de 300 pessoas, que ficaram sem moradia e sem seus plantios. Um grupo político apelou ao governo sobre as terras, conseguindo que as pessoas pudessem utilizar uma parte da propriedade, embora mais afastada da Avenida Antares, e que os lavradores prejudicados pudessem cultivar ali. O governo cedeu a maior parte das terras a José Maria Rolas e justificou a atitude de uso de força como uma medida para evitar o alastramento de favelas na região (Jornal do Brasil, 1967).

A pressão da mídia e dos deputados surtiu algum efeito sobre o governador Negrão, que ordenou uma investigação sobre Arnaldo Coutinho Lopes para apurar o uso de violência contra os lavradores. O governador reconheceu a área como uma favela e determinou que fossem adotadas as



medidas de assistência social necessárias, proibindo também a demolição de barracos (Jornal do Brasil, 1967).

O governo do Estado, entretanto, não quis se envolver diretamente, mantendo um certo distanciamento. Os lavradores permaneceram no local, mas continuavam a receber fortes ameaças do grileiro José Maria Rolas. Há um desencontro de informações sobre as fazendas: a União afirma que as terras são suas, permitindo que os lavradores as ocupem como parte da reforma agrária, enquanto o IBRA alega que as terras possuem documentos legitimando a propriedade como privada, embora reconheça que a terra não estava sendo produtiva (Jornal do Brasil, 1967).

Com a falta de decisão da Justiça e a omissão na resolução dos problemas, surgiram novos conflitos, com ameaças dos lavradores contra José Maria Rolas, em resposta às tentativas de tomada de terra por parte dos produtores locais. Ou seja, a ameaça feita pelos lavradores a José Maria Rolas, suspeito de grilagem, veio em resposta às tentativas de desabrigar 300 famílias da região, enquanto o processo ainda tramitava na Justiça. A falta de posicionamento da Justiça apenas agravava os atritos entre o grileiro e os lavradores (Jornal do Brasil, 1968).

O conflito entre os lavradores e José Maria Rolas sempre foi intenso e frequentemente ultrapassava limites, especialmente por parte do grileiro, que recorria à força para expulsá-los, utilizando-se de seus funcionários na região e até envolvendo a polícia, que disparou contra os lavradores e incendiou a plantação das 300 famílias. Desta vez, porém, o conflito ultrapassou o limite da violência, resultando no assassinato de Rosivaldo Costa Filho em uma disputa de terras. A vítima foi abatida com um golpe na parte de trás da cabeça, sem chance de reação (Jornal do Brasil, 1971).

O Jornal do Brasil (1975) revelou como funcionava o esquema de compra e venda de propriedades em que o próprio proprietário sequer conhecia o terreno. Era uma máfia: o vendedor ganhava comissão por metro quadrado vendido, colocava um valor exorbitante no cartório, e assim, lucrava mais com a venda enquanto o comprador adquiria mais terras, mesmo que elas não lhe pertencessem. Um exemplo disso foi a compra de uma praia por José Maria Rolas, cuja escritura indicava 6,15 metros lineares, mas foi alterada para 6.150 metros. Ou seja, além da grilagem, havia uma colossal apropriação ilegal de terras por esse indivíduo.

Após o atentado contra o lavrador, a história foi esquecida, junto com o nome de Rosivaldo Costa Filho. José Maria Rolas saiu dos holofotes da mídia e passou a ser mencionado apenas em classificados, quando anunciava a venda de um terreno em seu nome.

Nove anos depois, com o crescimento da comunidade para quatro mil habitantes, o caso voltou à tona em uma audiência pública convocada pelo prefeito da época. A família Rolas ganhou a causa, e o INCRA foi obrigado a pagar uma quantia de 35 milhões de cruzeiros à família (Jornal do Brasil, 1984). Assim, a família do grileiro recebeu dinheiro pelas terras, mas não houve indenização pelas plantações que foram incendiadas a mando de José. A família de Rosivaldo não recebeu nenhuma compensação, e as investigações não avançaram, deixando José Maria Rolas impune.

A história da Comunidade do Rollas começou com disputas de terras entre os lavradores e José Maria Rolas, evidenciando o constante abandono e prejuízo impostos pelo Estado, que permitiu que um poder paralelo tomasse conta de uma comunidade de trabalhadores que lutam pelo direito à moradia até os dias atuais.

Violência uma rotina para os moradores

Por muitos anos, esquecido pelas autoridades governamentais, o local deixou uma lacuna para que outros poderes ocupassem a região. Facções criminosas, como o Terceiro Comando e o Comando Vermelho, se instalaram, mas, com a megaoperação da polícia militar e das forças armadas, a milícia assumiu o controle da área, e essa situação persiste até os dias atuais.

A violência na comunidade tornou-se rotineira, deixando todos sob constante alerta, pois, a qualquer momento, uma facção criminosa pode tentar retomar o local por meio de seu poder de

fogo ou uma milícia rival pode tentar tomar a região. Os moradores da comunidade perdem todos os seus direitos básicos de humanidade devido a essa guerra interminável.

No início, as milícias sustentavam-se por meio da extorsão de comerciantes e da coação de moradores, oferecendo uma “segurança” criada por eles mesmos, além de obterem legitimação social com o discurso de combate ao tráfico de drogas. Atualmente, porém, as milícias também atuam no tráfico de drogas, por ser um comércio altamente lucrativo, e controlam o território, mantêm agentes estatais armados e ocupam cargos políticos e legislativos. Dessa forma, configuram-se como um crime organizado, com uma estrutura forte de atuação política e econômica baseada no uso de armas (Filho, 2021).

Não era difícil se deparar com homens armados andando livremente pela comunidade, exibindo o poder de fogo que possuíam. Apesar de todas aquelas armas à mostra, houve uma mudança: as “bocas de fumo”, pontos de venda de drogas, deixaram de ser tão explícitas e passaram a funcionar de forma mais discreta. As milícias, no início, traziam o discurso de combate ao tráfico de drogas, mas, em cada entrada da comunidade, encontrava-se uma pessoa com rádio, monitorando a entrada e saída das pessoas.

Essa era a rotina das pessoas que conviviam com a violência, saindo de suas casas e deparando-se com armas, operações policiais e confrontos com outros poderes paralelos. Infelizmente, muitos moradores da região já não se impactam com a situação de risco que enfrentam no dia a dia.

Projeto de atividade física na comunidade do Rollas

As políticas públicas não chegam à comunidade por uma questão nobre de assistência aos moradores que vivem em condições sub-humanas, mas sim com o interesse de conseguir votos. A comunidade possui uma grande quantidade de eleitores, e os políticos realizam pequenos projetos ao longo do ano. Quando se aproximam das eleições, intensificam os projetos sociais e esportivos, exibindo faixas e cartazes que destacam o candidato responsável pela obra ou pelo projeto, com a finalidade de transformar a área em um “curral eleitoral” (Palmeira, 1996).

O projeto implementado na comunidade foi a promoção de atividade física para a terceira idade, com uma equipe multidisciplinar formada por um professor de Educação Física, uma técnica de enfermagem, um articulador social e um educador social. Cada agente tinha uma função específica no polo: cabia ao professor de Educação Física desenvolver atividades que promovessem a saúde daquela população; à técnica de enfermagem, toda a parte de pré e pós-exercício, como aferir a pressão arterial, medir o nível de açúcar no sangue e prestar assistência em qualquer incidente ocorrido durante as atividades.

O educador social era responsável por auxiliar na estruturação do projeto e no local onde as atividades seriam realizadas, cuidando da logística. Normalmente, essa pessoa é um morador da comunidade, o que facilita a gestão. O articulador social é uma peça fundamental no polo, pois tem a função de captar novos alunos para as atividades e realizar o cadastro dos participantes; ele deveria ser uma pessoa influente dentro da comunidade.

As aulas eram realizadas de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados, com duração de 50 minutos cada sessão. No entanto, apenas dois horários matutinos estavam disponíveis. No último horário, não havia alunos devido ao sol forte e ao fato de que muitos precisavam trabalhar. A maioria dos participantes era formada por aposentados ou por pessoas que mantinham comércios locais, como barracas de bebidas e mercearias.

Metodologia

Este estudo se caracteriza como um estudo qualitativo, pois não traz consigo uma quantificação dos resultados nem se preocupa com a atribuição de um nome que estabeleça o rigor



metodológico da pesquisa. Em vez disso, foca na explicitação dos passos seguidos na realização da pesquisa (André, 2013).

No início da pesquisa, foi realizada uma análise documental dos jornais da época, denominados “Jornal do Brasil”, no período de 1967 a 1984. A busca foi realizada por meio do site da Fundação Biblioteca Nacional, utilizando o descritor “Rolas”, que era o sobrenome do proprietário da região e deu origem ao nome da comunidade. Após o encontro das reportagens, os documentos foram analisados. Este tipo de pesquisa é importante, pois dá um tratamento aos materiais que ainda não haviam recebido esse tipo de análise, sendo uma contribuição valiosa para o entendimento do objeto dentro de sua contextualização histórica e sociocultural (Cechinel, 2016).

O estudo se define como um estudo de caso na perspectiva da observação participante de Yin (2015), que afirma que cada pesquisa é única e tem sua relevância, pois o pesquisador pertence ao grupo pesquisado, o que é uma vantagem, permitindo extrair uma visão mais profunda do grupo.

O estudo foi realizado ao longo de dez meses, iniciando-se no dia em que entrei na comunidade para dar aulas de Educação Física, no terceiro dia do mês de maio de 2022, para a terceira idade, até o último dia do projeto social, encerrando as atividades de ginástica no sexto dia de março de 2023. O material utilizado para a pesquisa foi o diário de classe, que eu usei para controlar presença, plano de aula e relatório de aula.

Discussão

Este estudo se retrata aos idosos, à comunidade do Rollas, à violência, entre outros aspectos, mas pode ser resumido em políticas públicas, ou melhor, na ausência delas na região da zona oeste, um bairro periférico que muito agregou ao Brasil no passado com a carne fresca do matadouro e que, hoje, está esquecido pelos poderes do Estado, permitindo que a marginalização chegasse à Comunidade do Rollas, tornando-a um território de guerra entre a milícia e o tráfico.

Gomes (2020) acredita que o acesso a diferentes formas e manifestações culturais possa trazer benefícios para a comunidade, como a substituição do poder político e a diminuição da violência, embora não seja uma ciência exata, sendo necessário esperar o passar dos anos para afirmar que esse tipo de fenômeno realmente ocorra. No entanto, vale a luta pelos ideais da militância cultural.

Entretanto, diferentes manifestações culturais chegam à comunidade, mas com prazo de validade. Elas aparecem no ano das eleições, indo embora no mesmo ano e voltando apenas três anos depois para buscar os votos, criando um “curral eleitoral” para candidatos que buscam explorar a carência da população em saúde, educação, esporte e lazer. A milícia tem um papel fundamental nesse processo, com candidatos ligados ao poder paralelo, tornando a área um reduto de votos para determinado candidato (Lins, 2023).

Apesar de a comunidade transmitir um ambiente de diversidade e pluralidade nas redes sociais, dentro dela há um ambiente conservador e de predominância cristã protestante. Reflexo desse fato são os números de votos em candidatos conservadores nas eleições presidenciais de 2018, onde a chapa da extrema direita alcançou o marco de 64,32% dos votos em Santa Cruz (Silva, Santos, et al., 2022).

O discurso religioso era presente no dia a dia das pessoas, refletindo-se no projeto de ginástica da Comunidade do Rollas. Frequentemente, antes das aulas começarem, os alunos realizavam uma oração, e no término também. Nas terças e quintas, muitos alunos não compareciam às aulas, pois tinham culto na igreja, e as aulas precisavam ser adaptadas para um número menor de participantes. Apesar de a maioria dos alunos ser cristã protestante, muitos não frequentavam a mesma igreja. Ou seja, a comunidade tinha inúmeras igrejas, de diferentes congregações, pastores e fiéis. Segundo Junior e Rezende (2020), a religião influencia na política da região, inclusive nos candidatos votados pelos moradores, que têm um perfil conservador.

O polo de atividade física também é um movimento emancipatório, funcionando como plataforma de ascensão social para pessoas com deficiência. O projeto possuía duas alunas com deficiência, cujos nomes não serão revelados por questões de confidencialidade ética. Uma era cega e a outra tinha paralisia cerebral. Ambas enfrentavam dificuldades de acessibilidade arquitetônica

para chegar à quadra onde as atividades físicas eram realizadas, pois as ruas não eram asfaltadas e os terrenos irregulares, o que aumentava o risco de quedas.

Para que as alunas com deficiência conseguissem chegar até o local, outros alunos iam buscá-las em suas casas para que pudessem participar das aulas de Educação Física. As aulas eram planejadas de forma inclusiva, para que todos participassem sem serem excluídos, evitando a segregação. Apesar da escassez de acessibilidade arquitetônica e da falta de atendentes para pessoas com deficiência, ainda assim se tirava proveito das aulas, que funcionavam como uma promoção à saúde, contribuindo para a redução da pressão arterial das hipertensas e diabéticas. Mais importante ainda, as aulas se tornaram um espaço de socialização para aquelas mulheres com deficiência, que antes permaneciam em casa.

Segundo Girondi et al. (2020), o suporte social é fundamental para que os idosos vivam sua velhice de forma tranquila, usufruindo de todos os seus direitos necessários e alcançando o bem-estar social e físico. Este tipo de projeto tende a melhorar a qualidade de vida dos idosos, promovendo a saúde e prevenindo doenças, com benefícios no tratamento não farmacológico da diabetes, hipertensão, ansiedade e depressão (Machado, 2011).

Os idosos, pessoas com 60 anos ou mais, necessitam de atenção especial, uma vez que é natural a perda de algumas funções fisiológicas, como a sarcopenia, que é a perda de massa muscular. Além dessas funções prejudicadas, há a perda social que esses indivíduos sofrem pela sociedade, e em alguns casos, a necessidade de ter alguém por perto para auxiliá-los nas tarefas diárias, podendo sofrer algum tipo de violência (Silva, Lima, et al., 2022).

Para que os idosos tenham um envelhecimento saudável, é necessário que o poder público invista em programas de ocupação para idosos, como atividades físicas, para que eles adquiram maior independência motora, criando assim uma sensação de liberdade por não estarem mais preocupados com a criação dos filhos. Isso lhes proporciona a sensação de livre arbítrio, podendo realizar o que desejam. Essas são as medidas adaptativas para que o envelhecimento seja bem-sucedido (Júnior & Eulálio, 2022).

Considerações finais

Este trabalho conclui que é necessário investir em grupos de atividade física para a população idosa da comunidade do Rollas, um lugar esquecido pelos poderes públicos, onde se instaurou a violência pela ausência do Estado, tornando rotina as atrocidades cometidas pelas milícias e pelo tráfico da região, que tiram a paz e o direito de ir e vir das pessoas, além de impossibilitar o acesso ao lazer.

A violência na comunidade do Rollas não é uma causa recente, como é possível observar pela história mostrada pelo jornal da época, que relata como a região emergiu de uma luta envolvendo um grileiro e uma população que vivia basicamente de subsistência, o que ocasionou mortes, incêndios em plantações e a comunidade sendo recebida a tiros pela polícia. Ou seja, os tempos mudaram, mas a opressão da burguesia sobre a classe operária continua sendo a mesma, não apenas pelos mais ricos, mas também pelo governo.

Uma forma de o poder público tentar corrigir essa restauração histórica é fornecer os investimentos necessários para garantir os direitos básicos de cidadania, como: educação de qualidade, saúde em todos os níveis, lazer para que as pessoas tenham seus momentos de diversão, esporte para que as crianças pratiquem algum tipo de atividade física e não fiquem ociosas, tornando-se atraídas para a vida criminosa, e promoção da saúde para os idosos por meio da atividade física, que contribui para a promoção e prevenção de doenças, além de reduzir os gastos públicos com a compra de medicamentos.

O projeto de atividade física voltado para a população idosa não deve ser um projeto político momentâneo, restrito ao período das eleições. Deve ser um projeto do Estado do Rio de Janeiro, trazendo benefícios para a população da comunidade do Rollas, como a geração de empregos para os funcionários, tratamento não farmacológico para certos grupos de doenças, e prevenção de algumas comorbidades.



As limitações deste estudo emergem da escassez de materiais científicos, o que deixa uma lacuna a ser estudada na literatura. Há poucos trabalhos encontrados sobre a comunidade do Rollas, o que dificulta a pesquisa. Devem ser realizados estudos mais aprofundados sobre a temática, para que esse espaço na ciência seja preenchido.

Referências

- André, M. (2013). O que é um estudo de caso qualitativo em educação. *Revista da FAAEBA: Educação e Contemporaneidade*, 22(40), 95–103. http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432013000200009&lng=pt&tlng=bib=030015_08&Pesq=%22Jos%20c3%a9%20Maria%20Rolas%22&pagfis=100483
- Cechinel, A., Fontana, S. A. P., Della, K. G. P., Pereira, A. S., & do Prado, S. S. (2016). Estudo/análise documental: Uma revisão teórica e metodológica. *Criar Educação*, 5(1), 1–7. <https://doi.org/10.18616/ce.v5i1.2446>
- Costa, E. (2016). O comércio das carnes verdes e a transformação sócioeconômica de Santa Cruz com a construção do matadouro industrial. *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio* (pp. 1–15). UFRJ.
- Filho, U. R. B. (2021). Crise estrutural, crise urbana e militarização do território: Uma análise sobre o urbanismo miliciano-militar no Rio de Janeiro. *Espaço e Economia* [Online], 22*. <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/pdf/21097>
- Girondi, J. B. R., Bittencourt, R. L., Fernandez, D. L. R., Schier, J., Tristão, F. R., & Hammerschmidt, K. S. A. (2020). Rede de suporte social e tecnologias de cuidados para idosos com deficiência. *Enfermagem em Foco*, 11(1), 81–86.
- Gomes, S. (2020). A cultura como alternativa: Uma aproximação a partir de sociabilidades militantes na Zona Oeste do Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 13(1), 57–76.
- Jornal do Brasil. (1967, [data específica, se disponível]). Ainda sem solução o caso da fazenda em Santa Cruz. *Jornal do Brasil*, 1º Caderno. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Jos%20c3%a9%20Maria%20Rolas%22&pagfis=100483
- Jornal do Brasil. (1967, [data específica, se disponível]). Deputados tentam sustar o despejo de 200 lavradores. *Jornal do Brasil*. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=DEPUTADOS%20tentam%20sustar%20o%20despejo%20de%20200%20lavradores&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=100192
- Jornal do Brasil. (1967, [data específica, se disponível]). Mais de 300 já invadiram uma fazenda arruinada em Santa Cruz. *Jornal do Brasil*. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Jos%20C3%A9%20Maria%20Rolas%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=99182
- Jornal do Brasil. (1967, [data específica, se disponível]). População de Santa Cruz se mobiliza para defender despejados a metralhadora. *Jornal do Brasil*. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Jos%20c3%a9%20Maria%20Rolas%22&pagfis=100157
- Jornal do Brasil. (1968, [data específica, se disponível]). Lavradores de Santa Cruz ameaçam lutar contra quem quer expulsá-los da terra. *Jornal do Brasil*. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22Jos%20c3%a9%20Maria%20Rolas%22&pagfis=124436
- Jornal do Brasil. (1971, [data específica, se disponível]). Minifundiário de S. Cruz morre golpeado por trás em briga por posse de terra. *Jornal do Brasil*. http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197&pesq=%22Jos%20C3%A9%20Maria%20Rolas%22&pagfis=220481

- Jornal do Brasil. (1975, [data específica, se disponível]). A guerra dos títulos. Jornal do Brasil.
http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&Pesq=%22Jos%c3%a9%20Maria%20Rolas%22&pagfis=56440
- Jornal do Brasil. (1984, [data específica, se disponível]). [Título do artigo]. Jornal do Brasil.
http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=%22Jos%C3%A9%20Maria%20Rolas%22&pagfis=113685
- Júnior, E. G. S., & Eulálio, M. C. (2022). Resiliência para uma velhice bem-sucedida: Mecanismos sociais e recursos pessoais de proteção. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, e234261. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003234261>
- Junior, P. G., & Rezende, G. S. (2020). A vez dos eleitos: Religião e discurso conservador nas eleições municipais do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História das Religiões*, 13(38), 259–289. <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v13i38.52641>
- Lins, I. (2023). Da baixada à zona sul: Caminhos da violência política de raça no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 17(1), 188–207. <https://doi.org/10.31060/rbsp.2023.v17.n1.1532>
- Machado, W. A., de Figueiredo, N. M. A., Tonini, T., Barros, R. F., & Galdino, Q. (2011). Promoção da saúde para inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Centro Sul Fluminense: A intersetorialidade na gestão pública municipal. *Enfermagem Brasil*, 10(6), 355–361. <https://doi.org/10.33233/eb.v10i6.3886>
- Naegeli, L. M. B. (2019). Da Casa de Farinha à roda gigante [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro].
- Palmeira, M. (1996). Política, facções e voto. In [Organizador, se houver], *Antropologia, voto e representação política* (pp. 41–56). [Editora].
- Ribeiro, C., & Pontual, V. (2009). A reforma urbana nos primeiros anos da década de 1960. *Vitruvius*, 10.
- Silva, M. G., Santos, P. F., & Silva, L. S. (2022). Do Leme a Santa Cruz: A territorialização eleitoral de Jair Bolsonaro no município do Rio de Janeiro. *Opinião Pública*, 28(1), 92–125. <https://doi.org/10.1590/1807-0191202228192>
- Silva, S. P. C., Lima, A. A. R., Maciel, M. J. L., Vasconcelos, E. C. F. R., Silva, M. M. C., & Matos, K. K. C. (2022). Violência na velhice: Representações sociais elaboradas por pessoas idosas. *Escola Anna Nery*, 27, e20220169. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2022-0169pt>
- Yin, R. K. (2015). Estudo de caso: Planejamento e métodos (5ª ed.). Bookman.

Recebido em: 10/06/2025

Aceite em: 17/07/2025

Endereço para correspondência:

Carlos Felipe Cunha Paula

carlosfelipecunhapaula50@gmail.com



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0